

## **CURSO PRESENCIAL: FRAUDES NO PLANEJAMENTO, LICITAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E OS CUIDADOS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - LEI Nº 14.133/2021(NLLC).**

### **OBJETIVOS:**

Atualizar os representantes da administração pública e fornecedores governamentais quanto ao impacto da fraude, alertando sobre os novos e repetitivos esquemas, golpes, armadilhas e ardis que estão assombrando os profissionais – contratantes e contratados – na área de terceirização vinculados – sob a égide da lei 14.133\21.

### **OS PARTICIPANTES SERÃO PREPARADOS PARA:**

Mitigar, na origem, erros, irregularidades, vícios voluntários, golpes, ardis e tentativas de fraudes perpetrados por servidores, licitantes, colaboradores da contratada ou fornecedores no processo de Planejamento, Licitação e Execução Contratual

Combater fraudadores disfarçados de empregados e de parceiros, minimizando os riscos trabalhistas, previdenciários, tributários, acidentários, de civis, penais e ESG

Utilizar as modernas técnicas, reconhecidamente eficazes, para prevenir e detectar fraudes no processo de Contratações Públicas, Contas a Pagar, Pagamentos e Fiscalização de Obras e Serviços Terceirizados

Gerenciar, dentro da ordem legal, denúncias, comissões internas, de sindicância, PAD, PAR e o episódio criminal

Maximizar a eficácia da Auditoria Interna, Controladoria, Ouvidoria, Órgãos de Inteligência empresarial, Controle Interno e Compliance, na avaliação das contratações da empresa e antecipação aos Órgãos Externos de Controle

Conhecer as disposições das Leis: 12.529/2011 – Defesa da Concorrência e

Lei 12.846/2013 – Anticorrupção – e Decreto 8420/2015 – Acordo de Leniência

Compreender o conceito e os fundamentos de compliance, origem, evolução e ter um overview sobre a legislação anticorrupção no mundo.

Compreender o impacto da Lei nº 12.846/13 nas contratações públicas e possibilitar entendimento da estrutura do Compliance na Administração Pública

Conhecer os pilares do Triângulo da Fraude

### **APRESENTAÇÃO:**

Fraudes constituem permanente preocupação nos órgãos públicos. Seus golpes causam graves prejuízos, além de expor gestores a multas, constrangimentos e a riscos civis e penais. As estimativas e os casos de fraudes no Brasil são danosos.

Gestões temerárias em órgãos públicos podem desviar cifras astronômicas e impõem uma demanda crescente de cuidados especiais, tendo em vista as novas regras de Compliance e Penalizações por crimes licitatórios, impostas na nova lei de licitações e nas leis anticorrupção.

Os riscos da fraude tornam imprescindível que os gestores se previnam, conhecendo os sintomas deste grave problema e as formas de combatê-los precocemente.

A oportunidade de capacitação para agir no ambiente de fraudes nos processos licitatórios e execução contratual toma relevância com a recente Lei 14.133/21, Nova Lei das Licitações e Contratos.

Os acontecimentos na política brasileira impõem procedimentos de prevenção à fraude, suborno, lavagem de dinheiro, tráfico de influência e corrupção – lei anticorrupção, 12.846/13 e os procedimentos relativos ao “Processo de Apuração de Responsabilidade – PAR” constantes na IN\CGU 13/19, que inova, destacando a possibilidade de intimação da pessoa jurídica estrangeira, na pessoa do gerente, representante ou administrador de filial, agência, sucursal, estabelecimento ou escritório instalado no Brasil – ainda que sem procuração ou afins.

Estes são os principais propósitos do treinamento apresentado.

### **QUEM DEVE PARTICIPAR DO CURSO?**

Profissionais de instituições públicas e fornecedores de Órgãos governamentais, Agentes públicos, Agentes de contratação, Membros de Comissão de contratação, Controladores, Tesoureiros e demais Profissionais da área financeira, Gerentes de compras, Gestores e Fiscais de contratos; Contadores, Auditores internos, Responsáveis pelas equipes de Segurança Patrimonial e Inteligência Empresarial, Ouvidoria, Profissionais do Contas a Pagar e demais profissionais direta ou indiretamente ligados à atividade de contratação de bens, serviços e obras.

### **QUAL O CONTEÚDO COMPLETO DO CURSO?**

#### **I – 1) FRAUDE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES**

1) FRAUDE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES, NO CÓDIGO PENAL, NA LEI ANTICORRUPÇÃO, NA LEI DA DEFESA DA CONCORRÊNCIA E AS RESPECTIVAS RESPONSABILIDADES Novidades da lei 14.133\21 que poderão facilitar fraudes Gestão temerária e crimes em licitação Código Penal e a Lei anticorrupção Comprovação da fraude em licitação e execução contratual As similaridades com legislações Internacionais (EUA, Reino Unido) Responsabilização na Licitação e execução Agentes públicos Fornecedores Enquanto pessoa física Enquanto pessoa jurídica Enquanto colaboradores da terceirizada

#### **II – 2) FRAUDES NA FASE INTERNA DA LICITAÇÃO**

Na etapa de Planejamento No pregão e demais modalidades Termo de Referência – Vinculações entre o projetista e o licitante Pesquisa de preços Cadastro: qualificação, natureza de item alterados fornecedores; Projeto “ CTRL C + CRTL V ”, Ilusório, Mágico Projeto Básico/Termo de Referência Inadequado Fracionamento, parcelamento e loteamento Superestimativa de quantidade Serviços superpostos Alvará do município da licitação Direcionamento, projeto, Edital restritivo Capacidade econômica exagerada Idoneidade financeira ou bancária Certidões: negativa de débito salarial, infrações trabalhistas, regularidade sindical e negativa de protestos Atestados: em número mínimo, máximo ou fixo Experiência: Quantitativos mínimos para o profissional e exagerados para a empresa, parcelas irrelevantes do objeto e critérios de avaliação indefinidos Visto do CREA Municipal e Carta de solidariedade do fabricante Exigência de amostras de todos os licitantes Serviços altamente complexos com prazo de proposta exíguo Ausência de publicação nos meios adequados, Simulação de publicidade e publicidade precária Julgamento negligente ou deficiente Propostas fictícias ou de cobertura Contratação direta: inexigibilidade e dispensa

### III – 3) FRAUDES NA FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO

Conluio – vinculação entre o projetista x licitante Documentos emitidos em sequência, datas incoerentes, Propostas com a mesma diagramação, erros ortográficos e gramaticais, coincidência de representantes Proporção linear nos preços Empresas “fantasmas” ou de “fachada” Vínculos entre licitantes e servidores públicos Falsidade ideológica: atestados e documentos falsos Montagem pura e simples, falsa exclusividade Cartelização Jogo de preços ou jogo de planilhas

### IV – 4) FRAUDES NA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO

Agendamento x quitação de guias Reajustes, reequilíbrios, repactuações e fato do príncipe – avisos de preclusões de direito Índices incompatíveis com o custo, proporcionalidade dos parâmetros inconsistente com a realidade e ausência de corte da medição na data base IMR desrespeitado, incoerente, superpostos e fundamentado em indicadores abstratos, em detrimentos de objetivos BDI exclusivo para eventos distintos BDI: composição aviltada de itens Prorrogações sem expurgo dos custos não renováveis Aditivos por erro crasso Pleitos inconsistentes Conflito de interesses, nepotismos Recusa do agente que reúne qualificação x funcionário laranja Parecer Jurídica encomendado Fuga de licitação x aditivos temerários (qualitativos e quantitativos) Superfaturamento e sobrepreço Antecipação nos pagamentos Intermediação “apelidada” de subcontratação Riscos mais frequentes em contratos, a seguir exemplificados, que serão apresentados em função do interesse do grupo, tais como : Alimentação, Merenda escolar, Transportes, Tarifa zero, Locação de bens, Limpeza, Vigilância, Escolta, Vigia, Locações, Assistência médica, Seguro saúde, Tecnologia de Informação, Manutenção: Predial, Facilities, Mecânica, Caldeiraria, Elevadores, Pintura Obras: Construção, Reforma, Recuperação, Fabricação e Ampliação, Aliança, Turn key, Copa, Café, Áreas verdes e Reprografia, Passagens aéreas, Mão de obra temporária, Contrato por prazo determinado, Energia elétrica, Utilidades industriais, Andaimos, Carga al e Força, Empilhadeira e Guindastes

### V – 5) PRÁTICAS ANTISUBORNO E FRAUDES

Defesa da Concorrência – Lei 12.259/2011 Lei Anticorrupção – Lei 12.846/2013 ABN TNRB ISO 37.301: Gestão Antissuborno Bribery, ONU e CADE Programa de Prevenção e Combate à Fraude e a Corrupção Código de Ética, Programa de integridade, Autoauditoria, GRI, Controle interno, DFP, Sarbanes Oxley Act – Sox, ACFE, COSO, SWOT, QMF, “OMBUDSMAN”. whistleblower, Comitê de diversidade. Pesquisa de ambiência, Febres corporativas, disque fraude, Ethical line, Inteligência empresarial Acórdãos do TCU e CGU Antissuborno

### VI – 6) IDENTIFICAÇÃO DOS FRAUDADORES E ADMINISTRAÇÃO DO PROBLEMA: CORREÇÃO

Procedimento administrativo de Responsabilização-PAD e PAR na Lei 846/2013 e no Decreto 8420/2015, IN\CGU 13/2019 – PAR, CGU “Manual de Processo de Apuração de Responsabilidade – PAR

### VII – 7) COMPLIANCE GOVERNAMENTAL

Ética\integridade e Compliance: finalidades e Compliance na área governamental: Decreto 7203\10 – Nepotismo Lei 12.813\13 – Conflito de interesses Resolução 03\00 – Presentes e brindes Lei 8429\92 – Improbidade Decreto 9.203\17- Comitê Interministerial de Governança Portaria CGU 57\19 – Programa Integridade Governo Federal Decreto Federal 8.420\15 -Regulamenta a Lei anticorrupção, 12.846\13 ABNT NBR ISO 19.600 – Gestão\ Compliance Treinamento \ comunicação e canal de denúncia Investigação\ remediação\ monitoramento Plano de prevenção e combate a corrupção Cláusula de Compliance e Programa de Integridade nas Licitações Whistleblowing e o bountyhunt Análise patrimonial dos agentes públicos Enriquecimento ilícito Conflito de interesses As denúncias infundadas Acesso ao IR Projeto Capitães Compliance

### VIII – 8) CASUÍSMOS E DÚVIDAS

Serão Dialogadas em sala e, também, se necessário, posteriormente ao evento no momento do fazer acontecer. Será fornecido um “QUIZ”, após o curso, com questões de múltipla escolha e respectivo gabarito, sobre assuntos pertinentes ao evento, em especial, Controle Interno e Auditoria

### QUEM VAI MINISTRAR O CURSO?



**Severino Gonçalves de Oliveira** EXPERIÊNCIA, 45 anos em Auditoria Geral e de Contratações em Empresas Públicas e Privadas. Graduação em Ciências Contábeis pela UFRJ; Pós-graduado em Auditoria e Contabilidade pela UNIRIO; MBA em auditoria, FGV/DELOITTE; MBA em Finanças Empresariais pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC-RJ); ESPECIALIZAÇÕES NO EXTERIOR: Especialização em Auditoria, Contabilidade e Prevenção de Fraudes em Empresas de Petróleo, University of Texas at Dallas, USA; Atualização em Prevenção em Fraudes Corporativas, M I S INSITUTE – Nevada – USA. Professor de MBA da FGV – Fundação Getúlio Vargas, há 20 anos, em Gestão de Serviços, Auditoria de Logística, Auditoria

Avançada, Auditoria das Demonstrações Financeiras e Prevenção de Fraudes nas Corporações; Professor da Universidade Corporativa da Petrobras; Treinou os auditores do Tribunal de Contas dos seguintes Municípios/Estados/União: São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Santa Catarina, Tocantins, Distrito Federal e Brasília; Treinou os Auditores/Oficiais da Polícia Militar do Estado da Bahia; conferencista há mais de vinte anos; palestrou para mais de 2000 pessoas no Congresso de Pregoeiros e de Compras Públicas em Foz do Iguaçu e para centenas de pessoas em Santa Cruz de La Sierra e Cochabanba na Bolívia, além de diversos outros locais no MERCOSUL; Treinou nos últimos vinte anos mais de 8.000 gestores de contratos do Sistema PETROBRAS no Brasil e no Exterior e aproximadamente 30.000 pessoas em diversas empresas públicas e privadas, no Brasil e Exterior; Ministrou cursos para centenas de empresas públicas e privadas com os seguintes títulos: Fiscalização de Contratos Terceirizados, Gestão e Auditoria de Contratos, Técnicas de Redação e Interpretação de Contratos, S.L.A. em Contratos de Serviços, Licitações e Gerenciamento de Contratos de Obras e Serviços de Engenharia, Prevenção de Fraudes na Terceirização, Auditoria em Compras para Gestores de Suprimentos, Auditoria de Contratos de Serviços e Obras Auditoria Governamental, Serviços Terceirizados e Mitigação de Riscos em contratos de Obras e Serviços, A influência do Novo Código Civil nos Contratos de Terceirização; Administrando Pleitos nos contratos de Obras e Serviços e Aplicação da IN 052017 do MPDG – As novas regras de contratações públicas; Dezenas de artigos publicados em diversas Revistas e Jornais de grande circulação e revistas especializadas, tais como: Revista do TC do Município de São Paulo, Revista RH, ANERJ, Consultoria Negócios Públicos, do PR; sobre: Auditoria, Prevenção de Fraudes e Contratos de Serviços; Coautor do Livro “Temas Controvertidos em Licitações e Contratos Administrativos”, editado por Temas e Ideias, do RJ; Autor do “Cartão de Referência de Fraudes em Contratos Terceirizados” editado com sucesso pela Editora Negócios Públicos, do PR.

## MODALIDADE PRESENCIAL:

## ESTE CURSO INCLUI:

- Mochila
- Apostila Impressa
- Coffee Break
- Almoço
- Certificado de Conclusão

## VALOR DO INVESTIMENTO:

- Preço Individual: R\$ 3.590,00
- Três participantes do mesmo órgão (cada): R\$ 3.540,00
- Quatro ou mais participantes do mesmo órgão (cada): R\$ 3.500,00

## FORMAS DE PAGAMENTO:

O pagamento poderá ser realizado das seguintes formas:

- Empenho



- Ordem de Serviço/Autorização
- Depósito em Conta

## INFORMAÇÕES PARA PAGAMENTO

IOC Capacitação LTDA

- CNPJ: 10.825.457/0001-99
- Inscrição Estadual: 07.520.699/001-64
- Banco: Bradesco
- Agência: 0606
- Conta: 569906-1

## MAIS INFORMAÇÕES:

**Telefone 1:** (61) 3224-0785 **Telefone 2:** (61) 3223-8360 **Telefone 3:** (61) 3032-9030

**E-mail 1:** [inscricao@onecursos.com.br](mailto:inscricao@onecursos.com.br)

**E-mail 2:** [ionecursos@gmail.com](mailto:ionecursos@gmail.com)

**E-mail 3:** [inscricao@onecursos.com.br](mailto:inscricao@onecursos.com.br)